

IMIGRAÇÃO GERMÂNICA, ETNICIDADE E IDENTIDADE PROFISSIONAL:

colonização em Joinville
(Dona Francisca), Província de Santa
Catarina. 1851-1889

*German immigration, ethnicity and professional identity:
colonization in Joinville (Dona Francisca), Province of Santa
Catarina. 1851-1889*

Marion Dias
BREPOHL

 mbrepohl@yahoo.com.br

Sergio Odilon
NADALIN

 sergion@terra.com.br

Universidade Federal
do Paraná
Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

O artigo aborda a ocupação territorial por imigrantes estrangeiros na região de Joinville, Província de Santa Catarina, problematizando as teses que afirmam tratar-se ali de sociedade caracterizada por uma comunidade homogênea, cultural e étnica. Fundamentados em fontes nominativas (as listas de embarque e desembarque de imigrantes em São Francisco do Sul), relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo (SCH) e correspondências diversas, pretendemos identificar o perfil ocupacional e profissional dos imigrantes, bem como discernir as tensões internas entre os diferentes subgrupos de colonos. Assim sendo, procuramos demonstrar as fraturas identitárias e os conflitos sociais decorrentes das estratégias de assujeitamento dos imigrados a partir de um projeto de controle sobre os modos de ordenação da vida material.

Palavras-chave: identidade profissional, etnicidade, colonização, migração.

ABSTRACT

This article explores land occupation by foreign immigrants in the region of Joinville, in the Brazilian province of Santa Catarina. We question the theses that argue that what prevailed was a society that could be characterized as a homogenous ethnic and cultural community. Based on the list of emigrants who departed from Hamburg, Germany, reports from the Hamburg Settlement Society and numerous correspondence, we attempt to identify the vocational and professional profile of immigrants, and to discern the internal tensions arising amongst different subgroups of settlers. We then go on to demonstrate identity fractures and social conflicts resulting from immigrants' assimilation strategies, as linked to a project of control over modes of organizing material life.

Keywords: professional identity, ethnicity, colonization, migration.

Etnicidade, identidades hífenizadas, tais como teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro, nipo-brasileiro, luso-brasileiro e outras, são expressões derivadas dos estudos sobre imigração no *Novo Mundo*. São também, segundo Jeffrey Lesser (2001), estratégias de negociação da identidade nacional, no caso, a brasileira, em busca da manutenção, de um lado, da cultura de origem e, de outro, do compromisso cívico para com a sociedade receptora.

Dentre estes, a identidade teuto-brasileira é uma das mais destacadas no sul do Brasil, caracterizada, ora como sinônimo de disciplina, desenvolvimento técnico e econômico, operosidade, preservação cultural, ora como resistência à assimilação, no limite, como sinônimo de xenofobia.

Seja numa ou noutra vertente, tais representações encobrem as diferenças internas dos respectivos grupos, tomados como homogêneos, porque pertencentes a uma mesma ancestralidade, cultura, língua e a um mesmo território, numa evidente mitificação do passado.

No caso dos imigrantes de origem germânica e de seus descendentes, tais noções foram reforçadas pela ideologia étnica (*Deutschtum e Deutschbrasilianertum*)¹, veiculada no Brasil desde a década de oitenta do século XIX, quando a Liga Pangermânica, entidade privada de caráter transnacional, influenciada pelo ideário imperialista, passa a incutir entre os indivíduos de origem germânica um forte sentimento de pertença à nação alemã, a partir de critérios raciais, mesmo antes da unificação daquela região.

Tais mensagens, em sua circularidade, provocaram um efeito galvanizador nas regiões de colonização: colonos, camponeses, filhos de imigrantes, brasileiros, teuto-brasileiros e outras designações são preteridas em favor de uma única identidade, cujas tradições são inventadas como comum a todos², ressignificando o sentimento de etnicidade para usos políticos.

A suposta homogeneidade dos imigrantes de origem germânica e de seus descendentes influenciou boa parte da historiografia sobre o tema; não raro, etnicidade, cultura e religião são aspectos pré-concebidos em tais pesquisas; nestes casos, mesmo os imigrantes cujos deslocamentos deram-se no período anterior à formação do Estado alemão são tratados como “alemães”, naturalizando-se a correlação etnicidade-cultura-território. Essa denominação é tão marcada que, finalmente, os próprios imigrantes acabaram por se autointitular dessa forma, independente das suas diferenças internas e da época em que desembarcaram.

Em nosso entendimento, “teuto-brasileiro” é um sujeito que se define em suas fronteiras, numa sociedade necessariamente multicultural, tal como foi compreendido por Frederick Barth, e que busca na preservação das origens (reais ou fictícias) sua compensação e segurança (BARTH, 1976, p. 9-49). Por outro lado, a ideologia étnica deve ser compreendida como uma das facetas da etnicidade, associada aos usos políticos que se faz desse sentimento: usos vinculados a representações religiosas (*Luthertum ist Deutschtum*), à mercantilização do folclore por empresários do turismo, bem como ao comércio do artesanato. Sobre todos esses usos, destaca-se o discurso da unidade em nome de um mito fundador, a nação (seja ela conformada a partir de

critérios territoriais ou a partir de critérios culturais, ou, como é o caso do *Deutschtum* em finais do século XIX, da raça). No entanto, etnicidade e ideologia étnica, ainda que possam ser tratadas em sua interseccionalidade, não necessariamente resultam em coesão social, mas encobrem, por vezes, tensões internas que refletem disputas por diferentes significações de uma dada cultura.

Assim sendo, problematizar as tensões internas e as pressões externas que este grupo sofreu é o principal objetivo deste artigo. Para tanto, procuramos identificar as distinções entre os colonos em Dona Francisca (Santa Catarina, século XIX) segundo a origem profissional, os decorrentes interesses econômicos diversos e, também, as disputas pela significação de sua cultura.

Migrações: mudar para conservar

O município da atual Joinville, em Santa Catarina, origina-se da colonização empreendida pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo – SCH. Essa sociedade, composta por 20 empresários capitalistas, objetivava, desde sua fundação, em 1842, o fortalecimento de seus negócios no Brasil.

Os deslocamentos atendiam também a interesses do país de origem, que passava por um período tumultuado em virtude dos movimentos revolucionários de 1848. Eram os chamados “filhos de março” (*Märztagekinder*), que protestavam contra a tradicional estrutura autocrática dos 39 Estados independentes da Confederação Germânica. Manifestavam também o desejo de liberdade política e democratização do poder. Tal movimento, tradicionalmente concebido como oriundo de uma elite, era, no entanto, composto também por pequenos e médios artesãos, temerosos de perderem seus pequenos negócios em virtude da nascente industrialização e consequente processo de proletarianização.

Em especial nos anos de 1840 e 1850, observa-se nas sociedades emissoras que a opressão política era então inseparável dos constrangimentos econômicos e de um futuro incerto. Se milhares de artesãos e camponeses emigraram, era porque as estruturas políticas, econômicas e sociais de diversos Estados germânicos não se adaptavam às transformações que se anunciavam no período (BLANCPAIN, 1994, p. 58-63); ou seja, o risco de proletarianização que acompanhava essas mudanças poderia significar não somente a perda de suas propriedades mas, igualmente, sua identidade profissional.

Para ilustrar a importância de tal mentalidade, citemos o exemplo de um imigrante, Gustav Hermann Strobel: ao descrever nas suas memórias a situação do pai, ainda no Reino da Saxônia e nos anos de 1850, seu relato idealizava a questão ao centrar o foco nas desventuras do advogado Ottokar Dörfel, líder da revolução e prefeito em Glauchau. Ele teria sido obrigado a sair do seu país, e, sobre isso, seu filho escreveu que, quando a decisão do burgomestre³ de deixar a Alemanha tornou-se pública, muitos de seus amigos e companheiros, inclusive o pai de Gustav, “estavam prontos para acompanhá-lo e compartilhar a mesma sina” (STROBEL, 2014, p. 22).

Em verdade, a emigração dos companheiros de Glauchau, “cansados da Europa”⁴, estaria relacionada às contradições do período. Muitos, como os pais de Gustav Hermann, provavelmente pertenciam àquela “velha classe média de marido-e-mulher proprietários de lojas, pequenos artesãos e camponeses [que] conseguiu manter valores anticapitalistas e apegar-se à matriz econômica tradicional, mais tempo do que qualquer outro grupo social, à exceção da nobreza” (SHORTER, 1990, p. 281). Seja porque foram forçados pela miséria a emigrar, seja porque compreendiam mal as transformações que estavam incidindo sobre eles, o fato é que o deslocamento físico de homens e mulheres também correspondeu à emigração de ideias, valores e modos de vida orientados pela tradição.

Esse apego aos costumes poderia ser entendido pela necessidade que tinham os imigrantes de enfrentar a insegurança e o medo do desconhecido, que opunham com a necessidade de segurança, capaz de aplacar o receio, a inquietude e o temor, inclusive face a um novo meio ambiente. Daí o fato de que o “estabelecimento” imigrante recorria à comunidade, pelo auxílio mútuo propiciado pelos membros dos *Vereine* (incluída a Igreja) e pela cobertura etnocultural, capazes de tratarem o medo e a insegurança, reais ou imaginários.

Lembremos que estamos tratando de um determinado contexto focando, principalmente, os meados dos oitocentos, período que abrange, de diversas maneiras, vários mundos tradicionais que estavam se perdendo em função da penetração diferenciada de vagas de modernidade e do avanço da transição demográfica. Enfatizamos, por conseguinte, que uma das facetas dessas transformações foi o processo da grande emigração, que não pode ser explicado sem o fator compreendido pelo desenvolvimento do capitalismo europeu e pelos progressos concernentes; de modo igual, pelo aumento numérico da população, efeito da diminuição da mortalidade.

Os dilemas do autogoverno

Tendo em vista as mudanças em curso, não é de estranhar que a Colônia Dona Francisca⁵ contasse com um bom número de indivíduos oriundos destes movimentos, membros ativos da Revolução de 1848. Tal deslocamento resultou do fracasso da revolução, quando as autoridades determinaram o banimento de boa parte dos insurretos.

Esses primeiros colonos estruturaram, em 1855⁶, a administração local (*Koloniegemeinde*), fundamentada na experiência política que trouxeram. Sob a direção do Conselho Comunal (*Vertreterschaft*), essa organização se responsabilizava pela construção de ruas, cercas, picadas e outros modestos equipamentos urbanos; remuneravam também um pastor e um médico, além de zelar pela segurança dos habitantes por meio de um policiamento regular aí estabelecido; finalmente, reivindicaram, junto à Sociedade Colonizadora e à Presidência da Província, diversas medidas que atendessem aos interesses dos habitantes, segundo as reivindicações diretamente a ele dirigidas. A *Vertreterschaft*, herança do movimento liberal alemão, buscava exercitar a democracia direta, com o intuito de atender ao bem-estar dos seus representados, avaliados pelo critério eleitoral, donde também o maior peso aos

poderes locais.⁷ Tal administração, se comparada à estrutura organizacional exercitada no Brasil Império, era não apenas diferente, mas provocaria conflitos de poder de fundamental importância nos anos ulteriores, quando entra em atrito com os interesses dos presidentes da província, conforme procuraremos comentar na sequência.

O território comprado pela SCH e concedido ou revendido a colonos para fins de assentamento perfazia 8 léguas quadradas⁸ de terras, a serem ocupadas no prazo de 5 anos; segundo o contrato, os colonos deveriam pagar a despesa da viagem na base de 3 dias de trabalho por semana; também se obrigavam a trabalhar para os diretores da colônia, dedicando-se à construção de estradas, escolas, hospitais e igrejas, além do pagamento de 2.000 réis de imposto anual (o equivalente a 25% do valor de um escravo ou 2,5 kg de açúcar em 1850).⁹ O preço do lote era muito baixo, custando mais ou menos 3 marcos por hectare: ainda usando o preço do açúcar como referência, com essa soma seria possível comprar, na Inglaterra, 2 kg do produto.¹⁰

Para quem tinha algum recurso, a colônia poderia ser um bom negócio, ao contrário daqueles que imigravam sem nenhum capital: motivo de propagação em prol da emigração, ter terras a esse preço não garantiria, todavia, o sucesso econômico do empreendimento, pois, como já se afirmou, as despesas de viagem e as obrigações para com a direção da Colônia tornava sua vida quase tão difícil quanto a da região de origem. Fugas e “remigrações” eram frequentes, além de protestos e manifestações de descontentamento, fosse em relação à SCH, ao Conselho Comunal, ou ao governo.

Assim, havia as reclamações por quebra de contrato, de um lado ou de outro, gerando ambiguidades: em missiva enviada no ano de 1852 pelo engenheiro da SCH Eduardo Schröder ao Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, menciona-se a recusa dos colonos em trabalhar para a Sociedade – por essa razão, o remetente pedia que fossem presos. Reagindo, os reclamados tornaram-se, prontamente, reclamantes. Afirmaram, em carta enviada ao mesmo presidente, que, segundo o contrato com a SCH, tinham o direito de se dar livres instituições comunais e que a SCH não construía nada [escolas, igrejas, hospitais] do que fora acordado ainda em Hamburgo. Por sua vez, Hermann Liebich, cônsul dessa cidade e representante da Sociedade no Rio de Janeiro, reclamava que a competência para dirimir as questões levantadas seria de um burgomestre, que ainda não havia sido eleito pelos colonos.

Havia, pois, um quadro conflitivo na colônia, ilustrado por um problema de jurisdição e pelo papel ambíguo dos poderes exercitados. O modelo de administração autônoma em relação ao poder provincial constava do contrato estabelecido entre a Companhia de Colonização e o governo: por meio deste, permitiu-se que os colonos escolhessem seus árbitros (burgomestres) para a justa decisão de suas disputas (FICKER, 1965). No entanto, representantes e representados sofriam a interferência da SCH e do governo, além de contar com desavenças internas; deveriam, ainda mais, responder pelos rompimentos de contrato, como no caso das “remigrações” não consentidas. O fato é que eram muitos os colonos que não estavam satisfeitos em Dona Francisca, e também havia a alternativa de denunciar o contrato com a Sociedade. Como relata Gustav Hermann Strobel,

nós, como os demais imigrantes, recebemos certa extensão de terras devidamente demarcadas. Estas terras, recebidas a crédito, deveriam ser cultivadas pelos novos proprietários. Antes de iniciar a plantação era necessário deitar abaixo a mata existente. Meu pai iniciou a derrubada, mas após cortar diversas árvores de porte, concluiu que, antes de conseguir preparar o chão para o plantio, já teríamos morrido de fome. Vendo a impossibilidade de continuar, devolveu as terras à companhia e procurou trabalho. Em breve encontrou ocupação com uma pessoa de nome Kröne, que o contratou para derrubar árvores na mata, tendo em vista o preparo da madeira com a finalidade de construir uma casa na praça central de Joinville. Recebia, por esse trabalho, 640 réis por dia. Com essa importância lhe era impossível sustentar sua família de cinco pessoas. Então, falou à minha mãe: “Aqui não há futuro para nós. Ouvi dizer que no altiplano no *Estado* do Paraná as possibilidades são melhores do que aqui, por isso farei uma viagem para lá, e você deve tentar dar um jeito com as crianças, até que eu envie dinheiro ou mande buscá-los.” Minha mãe concordou e disse que faria o possível para que sobrevivêssemos até que nos fosse possível ir até ele (STROBEL, 2014, p. 43-44).

Quem eram os imigrantes?

De todo modo, a autogestão, vigente durante 16 anos – até 1868, quando a vila foi elevada à categoria de município –, não deixou de sofrer interferências externas, dificilmente observáveis pelas leituras que se deixam orientar pela variável homogeneidade étnica. Conquanto autônoma do ponto de vista jurídico e administrativo, a colonização não estava livre dos interesses de médio prazo da Sociedade Colonizadora. Desde o início, esses homens de negócio objetivaram, segundo Giralda Seyferth, ampliar suas atividades na América do Sul, elegendo como parceiros menores os imigrantes pobres ou de classe média. Tais empreendedores são designados pela autora como “empreendedores étnicos”, assim definidos porque a camada mais abastada criou uma rede de comerciantes de origem alemã que faziam altos negócios no Brasil, que incluía os estabelecidos. A facilidade de uso do mesmo idioma e o maior conhecimento das redes comerciais existentes no país faziam com que os proprietários de menor porte se vinculassem àqueles, em seus negócios e em sua lealdade. Tal inclusão era desejada, talvez, inclusive, programada.

A mesma autora também pergunta “quem eram esses comerciantes”?

A política de colonização privilegiou a vinda de agricultores e artesãos como imigrantes preferenciais. Na prática entraram profissionais diversos e, na imigração espontânea, indivíduos que dispunham de pequenos recursos que permitiram iniciar um negócio. Nas linhas, alguns imigrantes amealharam dinheiro na atividade madeireira ou operando moinhos que atendiam a demanda de outros colonos.

(...)

Houve uma ampla diversificação com o surgimento de pequenas indústrias e oficinas de artesãos, mas prevaleceu o estabelecimento dos comerciantes mais abastados, nas cidades, que iniciaram a industrialização em finais do século XIX. A relação com os colonos baseou-se na confiança mútua, marcada pelo pertencimento étnico. A classe dos comerciantes foi a única que enriqueceu no contexto colonial, mas ela teve também um papel importante na conformação de uma identidade teuto-brasileira (SEYFERTH, 2011, p. 57).

Os comerciantes nunca representaram, durante os primeiros 40 anos de Joinville, mais do que 3,4% do total dos imigrantes (ver tabela 1).¹¹ Com efeito, as indicações que temos, a começar pelos próprios acionistas da SCH, são de que muitos deles se registraram nas listas como “lavradores” – talvez para se adequarem às exigências da Sociedade, no sentido de arrebancar grande número de trabalhadores braçais, capazes de fazer frente às duras tarefas de limpeza das matas.

Assim sendo, é provável que muitos imigrantes de origem “urbana” que trouxeram algum capital fossem registrados dessa forma. Foi, provavelmente, o caso do Capitão Peter Franz Theodor von Rodowicz-Oswiecimsky, ex-militar do exército prussiano e engenheiro-geógrafo, acionista da SHC e de vastos recursos intelectuais, acompanhado de Johann Martin Joseph, aparentemente seu irmão, que, na documentação, consta como “lavrador, teólogo”.¹²

Tabela 1: Listas de passageiros – Emigrantes alemães embarcados em Hamburgo. Ocupações dos adultos do gênero masculino, síntese decenal, 1851-1889. (Números absolutos e números relativos).

Ocupações	1851-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1889		Total 1851-1889	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Rural	579	47,82	1107	58,98	782	63,58	617	28,94	3085	47,83
Artesãos	391	32,29	423	22,54	146	11,87	324	15,20	1284	19,91
Comerciantes	41	3,39	25	1,34	9	0,74	54	2,54	1329	2,0
Ecônomos	50	4,13	69	3,68	15	1,22	25	1,18	159	2,47
“Técnicos”	74	6,11	23	1,23	4	0,33	76	3,57	177	2,75
“Operários”	14	1,16	167	8,90	232	18,87	884	41,47	1297	20,11
Outros	34	2,81	52	2,77	32	2,61	36	1,69	154	2,39
Sem registro	28	2,32	11	0,59	10	0,82	116	5,44	165	2,56
Subtotal	1211	100	1877	100	1230	100	2132	100	6450	100
Outras origens*	86	6,63	60	3,10	165	11,83	387	15,37	698	9,77
Total	1297	100	1937	100	1395	100	2519	100	7148	100

* Austro-húngaros, belgas, brasileiros, dinamarqueses, finlandês, franceses, franco-suíços, grego, ítalo-suíços, italianos, leto, poloneses, portugueses, russos, suecos, turcos.

Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

Da mesma forma, é exemplar a história de Ewert Sebastian von Knorring, registrado como lavrador em 21 de maio de 1850, que, em verdade, seria “um nobre jurista” (FICKER, 1965, p. 61 e 73). Também assim, como mencionava a lista de passageiros, Ferdinand Mantey, que mais tarde deveria exercer na colônia a atividade de comerciante; do mesmo modo vieram como lavradores alguns acionistas da SHC, como Bernhard Poschaan, de Hamburgo, um dos grandes empreendedores do início da história de Joinville, mas que igualmente se dedicou às atividades agrícolas. De modo igual, Julius Brüggmann, que consta ter se dedicado ao plantio de cana-de-açúcar, e Johannes Haltenhoff, que viria a ser juiz de paz e primeiro prefeito de Joinville, retornando posteriormente à Europa; Friedrich Heeren, parente do senador alemão Friedrich Schröder, que se casou com a filha de Johannes Haltenhoff, acima citado. Finalmente, o exemplo de Ferdinand Levenhagen, listado também como lavrador e, em realidade, engenheiro agrônomo.¹³

Com esses casos, gostaríamos de enfatizar a hipótese de que a menção nos registros não seria rigorosa. Ou seja, muitos imigrantes poderiam ter tranquilamente declarado como ocupação o ofício de “lavrador”, se tivessem a intenção de se radicar em Dona Francisca para desenvolver esse tipo de atividade. Para outros, tanto fazia. Além do mais, em função do baixo preço do lote, justificar-se-ia o investimento em terras por comerciantes, artesãos ou outros, interessados na produção, por exemplo, da cana-de-açúcar, do algodão ou do café, fato que pode significar que imigrantes que exerceram esse ou outro *métier* também embarcaram como agricultores.

Assim, é provável que muitos comerciantes ingressaram no mundo do trabalho como artesãos, ou em outra atividade técnica. É sobre os artesãos que deveremos centrar, agora, nossas análises.

É notável como, independente das nuances possíveis – afinal, também entre eles haveria lavradores –, o número de imigrantes com essa qualidade foi significativo na primeira década (1851-1859), secundado pelos anos de 1860-1869 (média de 27% nestes 19 anos, e quase 20% durante as quatro décadas de observação – tabela 1).

Quem eram esses imigrantes? O período demarcado pelos números coletados concerne a uma Alemanha que passa por radicais transformações entre 1851 e 1889 e os dados estatísticos, elaborados a partir do embarque, remetem a um período de fluxo emigratório constante. Remetem, de modo igual, à história das regiões emissoras: antes da Revolução Industrial, as pequenas cidades alemãs e seus arredores eram habitadas por pessoas que, muitas delas, combinavam como meios de sobrevivência atividades artesanais e agrícolas. Em 1850, a “Federação Alemã tinha tantos habitantes quanto a França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, o império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente” (HOBSBAWM, 2004, p. 69).

Tomamos novamente o exemplo da família Strobel, que desembarcou em São Francisco do Sul no final do ano de 1854. O patriarca, Christian August, nasceu em 1818, num lugarejo chamado *Poppengrün* (em *Neustadt/Vogtland* – Saxônia), e a família era proprietária rural, embora seu pai fosse também mestre escola. De acordo

com as memórias registradas pelo filho, Christian não quis assumir a propriedade, preferindo aprender a arte da carpintaria. Mais tarde, estabeleceu-se e casou em *Glauchau*, na Saxônia. Mesmo que tenha sido listado com essa ocupação nos registros de passageiros, sua intenção era adquirir um lote na Colônia Dona Francisca para desenvolver atividades agrícolas. Esse objetivo gorou, e a família mudou-se para Curitiba. Aqui, fixaram-se em São José dos Pinhais e, gradativamente, desenvolveram um empreendimento que compreendia as atividades cotidianas num pequeno sítio, a hospedagem de imigrantes que subiam a serra oriundos de Joinville e o trabalho como carpinteiro (STROBEL, 2014).

Portanto, a sobreposição das ocupações do lavrador e do artesão pode ser enunciada, em especial, para os anos anteriores à década de 1870. A questão que se poderia colocar é até que ponto se distinguia o produto do artesão a ser consumido pelo lavrador ou pelo habitante da cidade? Assim, por exemplo, a quem era destinada a carroça construída pelo carpinteiro, ou a carruagem, pelo segeiro? Até que ponto o padeiro não complementava sua renda com uma atividade de horticultor ou de jardineiro?

Para ajudar na ampliação e no aprofundamento do problema, organizamos os quadros abaixo, mencionando duplas ocupações, urbanas/urbanas e urbanas/rurais, sempre aspeadas, pois, no mundo de então, até onde iam as atividades “rurais” e onde começavam as “urbanas”? Como procedimento inicial, separamos 15 imigrantes (quadro 1), cujos registros mencionavam dupla ocupação e que poderiam caracterizar, aos nossos olhos, atividades “citadinas”. O quadro 2 agrega informações que dizem respeito a um conjunto mais numeroso de 106 imigrantes.

Na organização destes dois quadros, nosso intuito também era de distinguir, em primeiro lugar, as ocupações duplas de caráter, digamos, “tradicional”, que podem denotar a complexidade das atividades (e de “saberes”) de um número significativo de imigrantes que chegaram à colônia. Observe-se que esse tipo de ocupação está registrado até 1866 e, embora não se possa atinar sobre as razões que levaram a esse tipo de informação, é notável que o fato coincida relativamente com os dois primeiros períodos que assinalamos no gráfico 1.

Neste demonstrativo, parece-nos que as duplas ocupações associam de modo mais evidente as complexas articulações entre o “urbano” e o “rural”. A partir de 1861, foram mesmo registrados ofícios que parecem denotar um operariado agrícola, o que é compatível com aquilo que mostra, grosso modo, o mesmo gráfico 1. Aliás, o que arrolamos, nesse sentido, também é coerente com a mencionada figura (ver o período 1861-1869 e, depois, a ponta assumida pelo traço relativo aos “operários” em 1872). Desse modo, o período seguinte, de 1876 a 1889, parece ser coerente com uma imigração parcialmente creditada ao processo de industrialização na Alemanha.

É de se destacar, de modo igual, aquilo que se observa na tabela 2: os números agregados de artesãos, comerciante, ecônomos¹⁴ e “técnicos” de diversas qualidades.¹⁵ Esses números parecem confirmar a importância das atividades urbanas compondo o quadro profissional dos imigrantes cuja maioria localizou-se em Joinville. Na primeira

Quadro 1: Ocupações duplas e “urbanas” registradas para emigrantes do gênero masculino embarcados em Hamburgo. 1852-1866.

Ano	Nro. de imigrantes	Ocupações	Observações
1852	03	Professor-músico; carpinteiro-segeiro; marceneiro-vidraceiro.	Ocupações coerentes e ou complementares
1855	02	Barbeiro-cirurgião, curtidor-peliqueiro.	Ocupações coerentes e ou complementares.
1857	02	Militar-jardineiro;	Ocupações díspares dominadas pela jardinagem/horticultura.
		Alfaiate-jardineiro	
1860	01	Ecônomo-cônsul.	
1861	06	Ecônomo-caçador; ecônomo-tapeceiro; ecônomo-ferreiro; ferreiro-tapeceiro; tapeceiro-cinteiro; tapeceiro-açougueiro.	Ocupações (aparentemente) díspares; “caçador”?
1866	01	Pedreiro-canteiro	Ocupações complementares.
Total	15	15 combinações distintas de ocupação.	

Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

Quadro 2: Ocupações duplas e “urbano-rurais” registradas para emigrantes do gênero masculino embarcados em Hamburgo, 1852-1872.

Ano	Nro. de imigrantes	Ocupações	Observações
1852	02	Lavrador-engenheiro agrônomo; Lavrador-padeiro.	Ocupações compatíveis
1855	01	Lavrador-ferreiro.	
1856	13	Lavrador-serralheiro; (2) Lavradores-ferreiros; Lavrador carpinteiro; (2) Lavradores-marceneiros; Lavrador-pedreiro; Lavrador-saboeiro; Lavrador-carroceiro; Lavrador-padeiro; Lavrador-cesteiro; Lavrador-alfaiate.	
		Lavrador-jardineiro.	Ocupações compatíveis?
1857	02	Lavradores-mineiros.	Protoindustrialização?
1858	04	(2) Lavradores-carpinteiros; Lavrador-marceneiro; Lavrador-sapateiro.	
1859	05	Lavrador-canteiro; Lavrador-tanoeiro; Lavrador-segeiro; Lavrador-construtor-de-rodas-de-carros; Lavrador-ferreiro-de-pregos.	

Quadro 2: Cont.

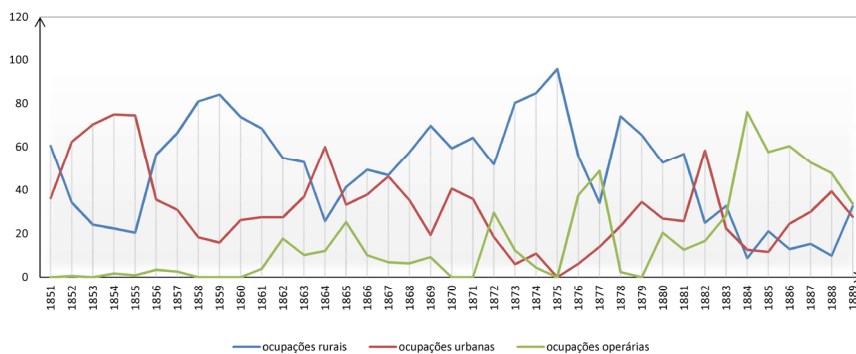
Ano	Nro. de imigrantes	Ocupações	Observações
1860	05	Lavrador-pedreiro; Lavrador-oleiro; (2) Lavradores-moleiros.	
		Lavrador-geômetra.*	Ocupações compatíveis?
1861	03	Lavrador-carpinteiro.	
		Lavrador-balconista.	?
		Lavrador-operário.	Primeiro caso.
1862	14	(3) Lavradores-tecelões; Lavrador-ferreiro; Lavrador-marceneiro; Lavrador-sapateiro.	
		Lavrador-caixeiro (balconista?)	?
		Lavrador-ecônomo.	
		(6) Lavradores-operários.	
1863	16	(3) lavradores-tecelões; Lavrador-carpinteiro; Lavrador-marceneiro; Lavrador-pedreiro; Lavrador-serralheiro; Lavrador-seleiro; Lavrador-chapeleiro; Lavrador-criado.	
		Lavrador-ecônomo.	
		(5) Lavradores-operários.	
1864	03	Lavrador-ecônomo.	
		Lavrador-açougueiro; Lavrador-padeiro.	
1865	10	(3) Lavradores-ecônomo.	
		(7) Lavradores-operários.	
1866	02	Lavrador-mineiro; Lavrador-açougueiro.	
1867	08	(5) Lavradores-tecelões.	
		Lavrador-(pastor).	?
		(2) Lavradores-operários.	
1868	01	Lavrador-operário.	
1869	05	(5) Lavradores-operários.	
1872	12	Lavrador-moleiro; (3) Lavradores-ferreiros.	
		(8) Lavradores operários.	
Total	106	30 combinações distintas de ocupações.	

Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

*Agrimensor, mas pode ser também especialista em geometria (matemático?).

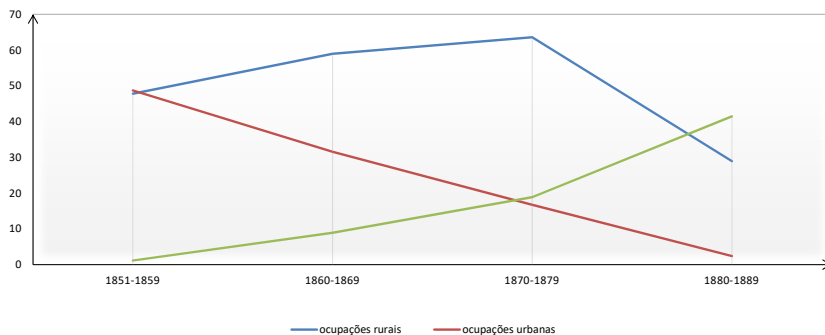
década, em especial, praticamente 50% devotavam-se a ocupações citadinas.¹⁶ De todo modo, durante o período analisado, eram proeminentes as atividades que chamamos urbanas, se incluímos nessa faixa aqueles que chegaram registrados como operários (ver gráfico 2).

Gráfico 1: Listas de passageiros - emigrantes alemães embarcados em Hamburgo, Alemanha . Ocupações dos adultos do gênero masculino, 1851-1889 (números relativos).



Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

Gráfico 2: Emigrantes alemães embarcados em Hamburgo nas décadas de 1850 a 1880, em função da ocupação dos adultos do gênero masculino (números relativos).



Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

Tabela 2: Listas de passageiros – Emigrantes alemães embarcados em Hamburgo. Ocupações dos adultos do gênero masculino, agregadas por décadas, 1851-1889. Números absolutos e relativos.

Ocupações	Décadas								Totais	
	1851-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1889			
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
“Rural”	579	47,82	1107	58,98	782	63,58	617	28,94	3085	47,83
“Urbana”	590	48,72	592	31,54	206	16,75	51	2,4	1439	22,31
“Operária”	14	1,16	167	8,90	232	18,87	884	41,47	1297	20,11
Sem registro	28	2,32	11	0,59	10	0,82	116	5,44	165	2,56
Subtotal: Imigrantes alemães	1211	100	1877	100	1230	100	2132	100	6450	100
Outras origens	86	6,63	60	3,10	165	11,83	387	15,37	698	9,77
Total de imigrantes	1297	100	1937	100	1395	100	2519	100	7148	100

Fonte: BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>. Acesso: 08/09/2017.

Todavia, o projeto colonial tinha como objetivo a ocupação da região com vistas ao desenvolvimento da agricultura. Sobre isso, Robert Avé Lallement criticava, alguns anos depois de inaugurada a colônia:

Embora a lavoura se estenda em todas as direções, ainda não é o bastante grande em relação ao número de habitantes. Além disso, há uma tendência que me parece demasiada, para o comércio e a indústria.

Há no lugar mais artífices e lojas da fazenda e vendas do que é de se supor, e surpreende, de certo, ver que Dona Francisca exporta mobílias para o Rio de Janeiro, ao passo que importa gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados na colônia (AVÉ-LALLEMENT, 1953, p. 82).

Esse comentário pode ser interpretado de duas maneiras, que não são mutuamente excludentes: crítica ao pequeno número de imigrantes que se dedicam à lavoura, levando à escassez de gêneros alimentícios, e uma demanda por mais levas migratórias. De qualquer forma, o autor reconhece que as atividades urbanas voltadas ao mercado indicavam a existência de um grupo que está ascendendo socialmente.

Provavelmente, a atividade da artesanania estava associada ao comércio. No ano de 1859, em matéria jornalística, elogiava-se o progresso do empreendimento colonial, citando-se diversos dados: segundo os relatos, a colônia contava com 39 engenhos de farinha, 23 de açúcar, 7 de arroz, 3 serrarias, 5 fábricas de telhas, 1 olaria, 3 fábricas de cerveja, 2 de vinagre, 1 curtume e 4 fábricas de charutos. Em 1862, citam-se 70 engenhos de mandioca, 32 de açúcar, 6 olarias, 1 de vinagre. Ainda, outro grupo de empreendimentos, geridos por 12 sapateiros, 4 torneiros, 1 fábrica de guarda-chuvas, 5 fábricas de charutos, 2 estaleiros e fabriquetas de sabão, vinagre, louça de barro, cerveja, *cigarrillos* são noticiados. Três anos mais tarde, divulgava-se que a

atividade madeireira rendeu 33 contos, a de roupas, 25 contos, tabaco, 8,45 contos e de manteiga, 7 contos.¹⁷

Por sua vez, Carlos Ficker, referindo-se a relatórios sobre o desembarque de passageiros, tece considerações otimistas com respeito à vinda de indivíduos abastados. Afirma ele que, no navio *Gloriosa*, aportado em São Francisco no ano de 1851, estavam embarcados os “empregadores, capitalistas, oficiais e acadêmicos”, por ele denominados como “a nata dos tripulantes” (FICKER, 1965, p. 46). Menciona, ainda, outros passageiros: 8 oficiais, 2 engenheiros, 1 médico, 1 advogado, 2 teólogos, 1 professor, 7 ecônomos, 5 comerciantes, 2 naturalistas, 1 marceneiro, 2 carpinteiros, 1 litógrafo, 2 jardineiros, 2 açougueiros (FICKER, 1965, p. 99). Segundo Maria Thereza Böbel e Raquel Thiago, “os passageiros do *Gloriosa* representaram, até certo ponto, um fato novo em Dona Francisca, desprovida, até então, de habitantes com recursos financeiros. [Tais passageiros] representavam dinheiro novo na colônia” (BÖBEL; THIAGO, 2001, p. 75).

Em nossa pesquisa sobre essas mesmas listas, observamos que, entre os desembarques efetuados nos anos de 1851 a 1889, diversas outras ocupações são citadas¹⁸: alfaiate, barbeiro, cervejeiro, cesteiro, carpinteiro, charuteiro, farmacêutico, ferreiro, jardineiro, marceneiro, oleiro, ourives, padeiro, pastor, pedreiro, sapateiro, segeiro, seleiro, tecelões, tintureiro, tipógrafo, vidraceiro, envernizador, mineiro. Todas essas atividades supõem um patrimônio inicial, ao menos o domínio de uma técnica, fato que propicia uma diferenciação social para cima.

Neste tocante, vale a pena mencionar a importância das habilidades profissionais entre tais artesãos. Para uma sociedade impregnada pelas culturas luterana e calvinista, as atividades laborais eram exercidas conforme o talento individual, compreendido como um chamamento, um dom de Deus; daí, inclusive, os termos “profissão” e “vocação” possuem uma raiz etimológica comum, *Beruf*. Já o trabalho não qualificado e rotineiro, principalmente após a industrialização, era menosprezado, pois não conferia identidade individual nem evidenciava o talento humano, e sim, o trabalho penoso (*Mühsal, Plage*), tal como quando da expulsão do Éden, em Gênesis.¹⁹ Trata-se de valores que ultrapassavam o mero ganho econômico, incidindo sobre a autoridade do conhecimento. A propósito, cite-se que em um dos primeiros sindicatos profissionais de mineiros, o mote *saber é poder* significava menos a fortuna e mais o prestígio (TENFELDE, 1985). Nessa direção, é possível antever que uma parte das tensões que se anunciavam na Colônia Dona Francisca radicava justamente numa clivagem entre os imigrantes que possuíam um “saber” profissional (os comerciantes e, principalmente, os artesãos) e os lavradores que serviriam como trabalhadores braçais.

Sobre a expansão dos negócios para fora da colônia, em uma carta de 1857 – na verdade, um abaixo-assinado com 72 assinaturas, intitulado “Algumas Palavras aos nossos conterrâneos alemães e suíços” –, cujo texto foi utilizado como propaganda da Sociedade Colonizadora de Hamburgo para atrair imigrantes, afirmava-se:

A colônia revela a sua importância não apenas na agricultura, mas também no campo industrial. Mesmo que não se possa falar em fábricas propriamente ditas, no sentido europeu, já

se fabricam vinagre, licor, cerveja, cigarros, móveis, tábuas em grande quantidade, na maioria sob encomenda, sendo que estes produtos são mandados para São Francisco, Desterro, Paranaguá, e mesmo para o Rio de Janeiro.²⁰

Sendo assim, os casos anotados exigem, no mínimo, que se relativize o conjunto das designações relativas às ocupações rurais e urbanas, embora seja possível ter certeza de que a maior parte dos “lavradores” tivesse uma experiência real nas lides do campo, antes de migrar.

Esses imigrantes tiveram o maior ingresso na Colônia nos anos de 1870 – quase 64 por cento dos embarcados em Hamburgo –, fato que se atenua bastante na última década observada, em função do aumento do grupo operário (gráfico 1).

Os números nas tabelas 1 e 2 têm a vantagem de permitir inferir as grandes tendências decenais relativas ao ingresso de estrangeiros na colônia (ver gráfico 1). Todavia, com o intuito de analisar com mais detalhes a entrada de imigrantes do sexo masculino, construímos uma tabela (Anexo) cujos dados permitiram a composição do gráfico 2. Grosso modo, o traçado das curvas segue as tendências mostradas na primeira figura, mas demonstrando a possibilidade de uma periodização mais detalhada. De fato, um período inicial, com primazia da entrada de imigrantes de ocupações mais “urbanas”, é visível entre 1852 e 1856. Subsequentemente, de 1856 a 1863, vislumbrava-se um período predominado pelo ingresso de lavradores. Com flutuações maiores, a fase que vai de 1865 a 1881 também apresenta um relativo predomínio de ocupações rurais, mas desde 1872 já se notam evidências da entrada de operários em Dona Francisca, mormente de 1880 em diante.

A partir desses dados, podemos obter indícios que respondam à pergunta: quem eram os lavradores? Logo de início, em 1851, a maioria destes imigrantes era, realmente, trabalhadores agrícolas, representando os colonos despossuídos. Nessa época, formavam 3 subgrupos, divididos segundo a região de origem – suíços, alemães e noruegueses –, que trabalhavam em regime coletivista da terra. Entre eles, vislumbrava-se a possibilidade de conflitos, e a dificuldade para dirimi-los era evidente. Por exemplo, se os “alemães” seriam representados no Brasil pelo cônsul de Hamburgo, quem representaria os suíços e noruegueses, inclusive no colorido de uma cacofonia de línguas e dialetos?²¹

Essas tensões também se manifestariam nas clivagens sociais que, desde o início, separava uma elite da maioria dos colonos. Por exemplo, o já citado Bernardt Poschaan, empresário e sócio da SCH, contratou imigrantes suíços em regime de locação de serviços, ao invés do trabalho em regime coletivista como almejavam. Embora Poschaan fosse mencionado como “lavrador”, tinha recursos, e era também fazendeiro. De um lado, irmanava-se aos outros imigrantes – era um “colono”. De outro, os recursos que trazia opunha aos trabalhadores rurais e operários, que representavam os despossuídos, tudo isso configurando a heterogeneidade social da “comuna”.

Os despossuídos podiam transitar entre a condição de operário e a de lavrador, uma vez que, segundo Böbel e Santiago (2001, p. 39 e ss), as dívidas contraídas

para a viagem eram pagas com serviços diversos, definidos pela SCH. Composto com a tensão ambiente, a chegada cada vez mais numerosa de operários, a partir da década de 1870 (gráfico 2), engrossaria o caldo daqueles que nada possuíam além da sua força de trabalho. Durante esses quarenta anos de observação do processo imigratório, as sociedades emissoras, alemãs, mudaram bastante, principalmente se considerarmos os efeitos da industrialização (sem mencionar as novas condições políticas oriundas da criação do *Reich*, também em 1871).

Assim sendo, é quase evidente que o imigrante categorizado como “operário” no início da década de 1850 não fosse o mesmo operário assim denominado nas listas durante a década de 1880. De modo que o fato de termos agregado as informações da fonte em ocupações urbanas, agrícolas e operárias podem incluir vieses importantes, impossíveis de discernir. Com efeito, no início da colonização, as diversas regiões que compreendiam a “Alemanha” ainda não haviam passado pelo “arranque” da industrialização – no máximo, várias áreas estariam sendo alcançadas por um processo de protoindustrialização –, e a população encontrava-se, na maioria, dispersa por regiões pouco urbanizadas, incluindo inúmeras pequenas cidades e aldeias que se achavam estreitamente ligadas ao campo.

O fato de termos arrolado, entre uma maioria de lavradores e artesãos, “operários”, mineiros e outros – inclusive, como vimos, várias ocupações combinando campo e artesanato – permitiria outra ilação, associando várias atividades tradicionais e anunciando algumas raízes da revolução industrial na Alemanha: nos países europeus existia uma indústria rural, dispersa, situada perto das fontes de energia, dos cursos de água ou das minas. As pessoas que se ocupavam dessas atividades eram meio-operários, meio-agricultores, suas casas pertenciam sempre aos seus locais de origem, fazendo parte da comunidade local e participando da cultura tradicional (SEGALEN, 1986, p. 492). No final do século XVIII, início do XIX, uma avaliação conservadora para o continente europeu estimava que um em cada três habitantes das áreas rurais foram tocadas por essa protoindustrialização (SHORTER, 1995, p. 276).

Os operários seriam representados, respectivamente, por 1,2% e 8,9%, no início da colonização, ganhando presença principalmente na última década (representando, 18,9% e 41,5% em 1880-1889) – mais um pouco, a representatividade desse grupo somaria 50%, compensando a queda de imigrantes de ocupação rural (na qual se incluíam operários agrícolas?): essa expressividade corresponde ao arranque industrial na Alemanha. Arriscamos afirmar que os operários constituiriam o grande diferencial no número de passageiros desembarcados no período pois, nos anos anteriores, a média de desembarcados era de 1.543 imigrantes, enquanto que, na década citada, o contingente chega a 2.519 passageiros. Esses dados podem dizer muito: de um lado, a crescente precarização da vida da população pobre na Alemanha; de outro, a possibilidade de absorção desse contingente nos meios urbanos da sociedade receptora; ou, ainda, a migração com vistas ao retorno às atividades rurais. De uma ou de outra maneira, tratava-se de um contingente bem diferente dos anteriores, pois a designação “operário”, em alemão, *Arbeiter*, pode ser traduzida como trabalhador não qualificado.

A tabela 3 organiza de forma agregada os embarcados tidos como partícipes de atividades, mormente urbanas (operários, artesãos e outros)²², o que permite concluir por um razoável equilíbrio no final (47,8% versus 42,4%, respectivamente rural e urbana). Por fim, ainda que pequena, a proporção de não alemães não pode ser desprezada; são eles, segundo outras fontes, que se dedicam, praticamente na totalidade, às atividades rurais como simples lavradores – portanto, os mais empobrecidos (suíços e noruegueses são os mais citados).

Tabela 3: Listas de passageiros – Imigrantes alemães desembarcados em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Ocupações dos adultos do sexo masculino, agregadas por décadas, e distinguindo imigrantes de origem rural e origem urbana 1851-1889. (Números absolutos e relativos).

Ocupações	Décadas								Totais	
	1851-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1889		#	%
	#	%	#	%	#	%	#	%		
“Rural”	579	47,82	1107	58,98	782	63,58	617	28,94	3085	47,83
“Urbana”	604	49,88	759	40,44	438	35,62	935	43,87	2736	42,42
Sem registro	28	2,32	11	0,59	10	0,82	116	5,44	165	2,56
Subtotal:										
Imigrantes alemães	1211	100	1877	100	1230	100	2132	100	6450	100
Outras origens	86	6,63	60	3,10	165	11,83	387	15,37	698	9,77
Total de imigrantes	1297	100	1937	100	1395	100	2519	100	7148	100

Fonte: BÖBEL e THIAGO, 2001, p. 296-434; HERKENHOFF *et al.* Disponível em: <<http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Listalmigrantes/lista/tudo.htm>>

A dialética do conflito

Tendo em vista os dados constantes nas tabelas e gráficos, consideremos as fontes que procuram descrever a situação da Colônia; tarefa difícil, pois em quase todos os relatórios e noticiosos, escritos na maior parte das vezes com o fito de enaltecer a política migratória, observa-se que conflitos raramente eram mencionados; quando muito, para desqualificar o autor de alguma queixa ou reivindicação. Ainda assim, podemos identificar que, sob a alegada homogeneidade social (todos imigrantes) e harmoniosa convivência (todos germânicos), diferenças e divergências se faziam presentes, o que se tornaria ainda mais significativo com a chegada massiva dos “operários”.

Poderíamos multiplicar os exemplos em que formas de sociabilidade como o cultivo às artes, à ginástica e às festas são assinaladas, desde o século XIX até a atualidade, como símbolos de coesão social. Todavia, o *Deutschtum* como representativo da comunidade foi, ao que parece, compartilhado apenas entre os moradores da vila ou de agricultores que podiam se dar ao luxo de se deslocar de sua unidade produtiva para

tais eventos. Em outra ponta, ficavam os trabalhadores das estradas, os empregados mais pobres, de toda forma, indivíduos cuja documentação sobre seus destinos é bem mais escassa. Apesar da escassez de suas falas, gostaríamos de reforçar nossa posição de que no interior da colônia criou-se, deliberadamente, uma camada de imigrantes que trouxe consigo um patrimônio inicial. Assim, lograram considerável ascensão socioeconômica, passando a representar uma elite, ainda que modesta, mas que seria intermediária entre os interesses da SCH e os trabalhadores. Nesse sentido, gostaríamos de citar as recomendações de João Jorge Elerz.²³ Desconhecemos sua biografia; o que dele sabemos é que redige à mão um documento em idioma espanhol, o qual intitula *Projeto por uma colonização estrangeira na Província de Santa Catarina do Império Brasil*.²⁴ Nesse documento, avalia a política imigratória e recomenda ao governo provincial, já em 1846, algumas medidas para que os trabalhadores livres efetivamente substituíssem a mão-de-obra escrava. Segundo ele, para que o projeto de colonização lograsse bons resultados, era necessário que se submetesse a um plano por ele desenhado especificamente para Santa Catarina. Além da construção de estradas, indispensável para o escoamento dos produtos,

É mister que o governo faça diligências aos primeiros colonos para que obtenham um pequeno subsídio para o primeiro estabelecimento. E, por consequência disto, eles serão obrigados a assistir a seus irmãos e patrícios seguintes com a mesma norma, especialmente lhes prestarão esta ajuda e assistência em utensílios, uma despesa que equivalerá àquela mesma que ele recebeu. (De como fundar colônias em Santa Catarina. Acervo Ficker, rolo 2. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução dos autores do artigo).

Além desse compromisso, outra exigência a ser cumprida. O governo deveria instalar um orientador, para explicar como plantar. E providenciar também párocos e mestres, pois eles seriam imprescindíveis na formação moral dos colonos.

Há quem não conheça a influência destes servos, de levar o ensino para formar cidadãos morais úteis? Quem não sabe que influência as mesmas políticas dos padres e mestres têm ou no patriotismo ou impatriotismo? (*Idem*).

Todavia, tantos eles, párocos, como os colonos, na leitura de Elerz, deveriam ser considerados estrangeiros por vinte anos, para evitar sua ação política e, com isso, provocar resistências entre aqueles que eram contrários à imigração.

No momento da seleção, o governo elegeria os vinte mais ricos dentre os que desejavam emigrar. A eles, doar-se-iam terrenos, seguido da preparação das primeiras instalações e orientação sobre os melhores plantios. E seriam estes, num futuro próximo, que se responsabilizariam pela contratação de outros imigrantes, de origem pobre. “Pois assim eles serão empregados de seus próprios compatriotas”.

O plano visava criar uma camada intermediária entre os agricultores e a sociedade receptora, diretamente associada aos interesses governamentais. Em Santa Catarina, o

governo realizaria tratativas apenas com 20 indivíduos, que por seu lado, controlariam os demais colonos, já que o lucro de suas terras dependeria da produtividade de seu trabalho (pois as dívidas com a viagem e as primeiras instalações seriam contraídas com aqueles pioneiros). Além disso, eram membros da mesma cultura (língua, religião e costumes) e, o mais vantajoso, tanto dirigentes como subalternos, estrangeiros, portanto, dependentes, em alguma medida, do governo. Por fim, ao clero restaria a tarefa de “educar, alfabetizar, domar os vícios e evitar as desordens”.

Não temos registros sobre o impacto das ideias de João Jorge Elerz, fosse junto ao governo ou aos homens de negócios. Porém, sem dúvida observamos semelhanças entre o que ele preconizou e o que foi praticado na Colônia Dona Francisca, uma novidade no que se refere à nascente política migratória. Promover a colonização com membros da mesma origem, segmentando-os, no entanto, entre dirigentes e trabalhadores, mas unificando-os a partir da cultura e da religião.

No decorrer dos anos (isto mereceria outro artigo), juntamente com a ampliação territorial do empreendimento, que passou a incorporar terras devolutas com o fito de colonização, novos imigrantes, que genericamente poderíamos denominar de operários, deslocam-se para a região hoje conhecida como São Bento do Sul e lá passam a trabalhar como *jornaes*. Muito mais numerosos e muito mais pobres, apresentavam-se, ora à SCH, ora ao burgomestre, com palavras de ordem que reclamavam direitos mais amplos, como por exemplo, o de serem naturalizados e assim poderem votar e serem votados.

Sobre estes, Ottokar Dörffel, já a estas alturas não mais prefeito, mas diretor da SCH, ao interceder ao governo que finalmente assente os colonos, que por ora trabalham como *jornaes* na construção de estradas, estando ainda há três meses sem nada receber, afirmava:

Alguns destes homens, que além do mais foram ensinados pelos democratas socialistas, tendo sido mesmo membros da Terceira Internacional, a esses homens seguem os demais colonos, o que explica-se (*sic*) a observância de dificuldades de várias espécies. Isso não se faz difícil com o auxílio dessas excitadas cabeças, provocam e colocam em prática as suas ideias socialistas que se constitui em fazer-se donos e de ditarem leis aos outros. Com efeito, esta circunstância não deve ser olhada com indiferença, pois pode causar ainda à colonização deste país dificuldades importantes. Deus guarde V.S.

De Ottokar Dörffel a José Tomé da Silva, 17 de março de 1874.

(Ofício do diretor da colônia Ottokar Dörffel ao presidente da província. Arquivo Ficker, rolo 5).

Nas tabelas e gráficos, números apontando para uma mudança significativa no perfil dos imigrantes; nos relatórios, escritos pelos dirigentes, sinais de insegurança ao caráter ordeiro dos “operários”. Começaria aí uma nova fase da história desta imigração, ou estariam estes conflitos a revelar os resultados de uma política colonizadora que

previa o controle social dos mais pobres por parte de uma elite convicta de sua superioridade e poder de governança?

Trata-se de uma questão instigante, cuja resposta só pode se dar a partir de pesquisas sobre os anos ulteriores. De todo modo, parece-nos que teríamos aí a presença de duas forças antagônicas e contraditórias: de um lado, forças comunitárias, de natureza centrípeta; de outro, forças desagregadoras, societárias, centrífugas... essa dialética, manifestada nas tensões internas e externas entre os colonos e temperadas pelas aspirações dos imigrantes, que insistiam em preservar suas profissões de origem, provocariam, certamente, fraturas significativas no processo da construção da identidade étnica.

Referências

AVÉ-LALLEMENT, R. *Viagem pelo sul do Brasil - 1858*. Brasília: MEC, 1953.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BÖBEL, Maria Thereza; THIAGO, Raquel S. Joinville, os pioneiros. Documento e História – 1851 a 1866. Joinville: UNIVILLE, 2001.

BLANCPAIN, J.-P. *Migrations et mémoire germaniques em Amérique Latine*. Strassbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1994.

BREPOHL, M. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo. Uberlândia*: Editora da Universidade Federal de Uberlândia - EDUFU, 2010.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. *Preços de antigamente em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/257/precos%2bde%2bantigamente%2bem%2bsao%2bpaulo>>. Acesso em: 08/03/2018.

COSTA, Iraci del Nero da Costa. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/Pesos%20e%20medidas%20no%20periodo%20colonial%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 08/03/2018.

FICKER, Carlos. *História de Joinville*: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

HERKENHOFF, Elly. *Listagem informatizada dos imigrantes, 1851-1891; 1897-1902*. Arquivo Histórico de Joinville. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Listas-de-imigrantes-de-Joinville-de-1851-a-1891-e-de-1897-a-1902.pdf>> Acesso em: 08/03/2018.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 10a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

NIPPERDEY, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte*. München,: C.H. Beck, 1996.

RODOVICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Florianópolis/Joinville: Editora da UFSC/Fundação Cultural de Joinville, 1992.

SEGALEN, Martine. *Sociologie de la famille*. Paris: A. Colin, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. *Os alemães no Sul do Brasil*. Cultura – Etnicidade – História. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. Dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, 2011.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

STROBEL, Gustav Hermann. *Memórias de Gustav Hermann Strobel*. Relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil. Posfácio de MACHADO, C. S.; NADALIN, S.O. Memória individual e discurso social. Curitiba: Instituto Memória, 2014, p. 193-219

TENFELDE, Klaus. *Untertage. Übertage. Bergarbeiterleben heute. Bergbau und Bergarbeit*. München: C.H.Beck, 1985.

Notas

1 “A categoria *Deutschbrasilianer* aparece na segunda metade do século passado para definir o duplo pertencimento – à etnia alemã e ao Estado brasileiro na qualidade de cidadão. (...) A comunidade étnica teuto-brasileira foi definida objetivamente por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da preservação de usos e costumes alemães (...), da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico (...)” (SEYFERTH, 1994). A etnicidade teuto-brasileira, ou a ideia de uma germanidade teuto-brasileira imposta por meio de uma ideologia (*Deutschbrasilianertum*), foi concebida a partir do século XIX, e “está vinculada à ideia do pertencimento nacional pelo direito de sangue – uma formulação do nacionalismo alemão”. “Como ideologia étnica, traz consigo uma inequívoca proposta de pluralismo étnico-cultural – cada grupo de imigrantes com direito de manter seus costumes, suas culturas e língua, e todos igualmente cidadãos brasileiros” (SEYFERT, 1994, p. 17-18.)

2 Sobre a invenção do passado como uma tradição inventada, que, no entanto, é capaz de produzir a coesão social, ver: HOBSBAWM; RANGER, 1984.

3 A vocação de Burgomestre e de líder político de Dörrfel transmitiu-se também no seu estabelecimento em Joinville (Dona Francisca), onde foi prefeito.

4 De fato, ao descrever a partida de Glauchau, escreve: “Em fins de setembro de 1854, muitas pessoas deixavam lentamente a cidade de Glauchau, na Saxônia. Se algum estranho os observasse, provavelmente julgaria que se tratava de um cortejo fúnebre, em que um ente querido estava sendo levado para sua última morada. Não era este o caso. Tratava-se de gente cansada da Europa, ou seja, emigrantes que decidiram trocar a sua querida pátria por uma terra estrangeira, distante e desconhecida. Era a época em que toda a América estava sendo colonizada e cada país procurava atrair colonos de origem germânica para suas terras. Assim também o Brasil, na América do Sul, que seria o nosso destino, ou melhor, a nossa nova pátria. A nossa meta era Joinville, que se destinava, juntamente com a futura cidade de Blumenau, a imigrantes alemães” (STROBEL, 2014, p. 26). Os Strobel viajaram no mesmo navio, o veleiro Florentin.

5 Francisca era o nome da irmã de Dom Pedro II, que recebeu, entre os bens de seu dote, um território em Santa Catarina; seu marido, o Príncipe de Joinville, negociou essas terras com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo para fins de colonização.

6 Uma tentativa na criação local nesses moldes já havia se dado em 1851, com a proposta de criação de uma “Comuna”, cf relato de 1853. O projeto não teve sucesso, devido às tensões entre os colonos e a SCH e entre os próprios imigrados. A esse respeito, ver: RODOVICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 106-109.

7 Segundo Nipperdey, a democracia direta pretendida partia daqueles que faziam oposição aos nobres, que miravam o modelo suíço e alemão de descentralização do poder e de *self-government*, com o intuito de garantir a participação de todos, sem as amarras da burocracia e do Estado Nacional (NIPPERDEY, 1996, p. 73 e ss.)

8 FICKER, 1965, p. 44. Indicações de Iraci del Nero da Costa permitem calcular que uma légua valeria em torno de 6.660 metros, ou 6,66 kms. Ver: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/Pesos%20e%20medidas%20no%20periodo%20colonial%20brasileiro.pdf>.

9 Relato da época informa que um negro forte valeria em torno de 1 conto de réis, “mais ou menos 800 thalers” (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 6).

10 Os valores em açúcar mencionados não são precisos, tanto naquilo que se refere ao seu preço no Brasil quanto na Europa. Mencionamos tais dados para se ter uma ideia de sua pequenez e da consequente força da propaganda em prol da emigração. Sobre o preço do açúcar no Brasil, São Paulo, em 1850, ver: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/257/Precos%2Bde%2BAntigamente%2Bem%2BSao%2BPaulo>. Sobre tal valor na Europa, ver: http://www.mlwerke.de/me/me02/me02_306.htm.

11 Cabe aqui uma observação importante: as tabelas que seguem foram elaboradas a partir das listas de embarque, sem considerar o destino final dos emigrantes. Embora a maioria tenha como destino Dona Francisca, no decorrer do período estudado, detectam-se imigrantes que ficaram no Rio de Janeiro. Daqueles que desembarcaram em São Francisco, muitos dirigiram-se a São Bento, Blumenau, Itapocu.

12 BÖBEL e THIAGO, 2001, p. 85. O capitão Rodowicz-Oswiecimsky legou à historiografia joinvilense um estudo e depoimento a respeito dos primeiros meses da colônia. Foi publicado em Hamburgo, no ano de 1853, e a tradução do livro foi publicada em português. A partir de uma listagem apresentada pelo “Jornal da Emigração”, o autor menciona as seguintes ocupações exercidas por alguns dos 394 habitantes de Dona Francisca: “pregador”, “mestre-escola”, jurista, arquiteto, médico, farmacêutico, “oficial”, guarda florestal, (ex)-funcionário público, carpinteiro, torneiro, vidreiro, construtor (de moinhos, de máquinas), mecânico, ferreiro, trabalho em arame, trabalho em cobre, ourives, açougueiro-retalhista, padeiro, jardineiro, cervejeiro, tintureiro, pintor (de parede), fabricante de charuto, fabricante de vinagre, alfaiate, sapateiro, cortador, fabricante de panos, tecelão, cordoeiro, montador de carroças, funileiro, fabricante de painéis de barro, tanoeiro, agricultores (havia 139 contabilizados), marítimo, trabalhador braçal [idem, 1992, p. 34].

13 Outros exemplos poderiam ser contabilizados. Não realizamos essa pesquisa, que dependeria do cruzamento de outras fontes.

14 A ocupação “ecônomo” (*Verwalterstelle*) é muito antiga, relacionada mormente à administração da igreja. Atualmente os dicionários designam ecônomo como gestor, mordomo, administrador, despenseiro como sinônimos. Entretanto, surpreende o fato de que o número de ecônomos foi relativamente grande (maior do que comerciantes, por exemplo – ver tabela 2). Além disso, a qualidade de “ecônomo”, quer nos parecer, exige

uma certa experiência. Muitos imigrantes jovens foram registrados dessa forma, além de outras incongruências. Essas e outras interrogações levaram-nos a arrolar em separado essa categoria, esperando a oportunidade para uma análise mais detida nas listas.

15 Agrupamos nessa rubrica militares e profissões diversas de nível superior: engenheiros, médicos, farmacêuticos, pastores etc.

16 Como atividades “urbanas” ou ocupações “cidadinas” estamos referindo-nos a artesãos de diversas especialidades, como carpinteiros, marceneiros, pedreiros, padeiros, oleiros, segeiros etc. Da mesma forma, “técnicos”, assim registrados nas listas de passageiros, e, também, engenheiros, militares, agrônomos, geômetras, ecônomos, comerciantes e assim por diante.

17 *Kolonie Zeitung*, anos de 1859, 1862 e 1865. Um conto de réis equivalia, em 1860, a 1 kg de ouro.

18 Não nos é possível, nessa altura das investigações, oferecer o número exato das ocupações. Sem mencionar o tempo que demandaria tal arrolamento, ocorre que, em algumas listas, nem sempre a atividade do passageiro foi registrada.

19 Nesse sentido, não é demasiado recordar que, no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, o termo empregado na célebre expressão ... *Trabalhadores, não tendes nada a perder senão vossos grilhões...*, não foi trabalhadores no original, como normalmente é traduzido, mas proletários: *Die Proletarier haben nichts in ihr zu verlieren als ihre Ketten. (...) Proletarier aller Länder, vereinigt euch!*, ou seja, uma expressão que remonta à escravidão na Roma Antiga. Sobre o valor conferido à profissão, ver: BREPOHL, 2010.

20 Da representação local dos proprietários de terra, Colônia Dona Francisca, 1857. (Tradução de Maria Tereza Böbel). Essa carta é importante não apenas pelo número de pessoas que a assinam, como por ter sido publicada na íntegra em periódicos de Hamburgo.

21 Em missiva enviada ao Presidente da Província, 1854, Aubé desculpa-se pelas palavras duras dos colonos contra o império (a quem não deviam obediência), afirmando que os mesmos não compreendiam a língua do país; ademais, se mandassem uma escolta de soldados, “os colonos se conspirariam em grande número contra qualquer forma de autoridade, porque bem conheço seu gênio e opiniões”. De Aubé ao Presidente da Província, 4 de janeiro de 1854 (Acervo Ficker, rolo 5).

22 Agregamos nas ocupações “urbanas” não só os artesãos, mas também comerciantes, técnicos de diversas qualidades, ecônomos e “outros”. Estes podem somar algumas eventuais incongruências, pois a eles foram adicionados alguns tipos de profissões do mar e mineiros, ocupações que realmente não traduzem ocupações urbanas. De todo modo, são tão poucos que não devem distorcer os resultados da tabela 3.

23 O autor desta carta pode ser Johann Georg Ehlers (1779-1850), pastor luterano que serviu em São Leopoldo, de 1825 a 1838, tendo se mudado nessa data para Porto Alegre e, em 1845, para o Rio de Janeiro, onde faleceu, em 1850. Foi nomeado como pastor em virtude do interesse do governo imperial em receber imigrantes de origem germânica para o Brasil. (A esse respeito, ver: <http://www.rodriegotrespach.com/2015/06/25/sao-leopoldo-em-1825-colonos-alemaes-eram-ativos-em-reivindicacoes/>.) Não temos certeza, entretanto, que se trate da mesma pessoa ou se é apenas uma coincidência de nomes.

24 O documento por nós analisado é uma cópia do documento original. Como está na pasta das correspondências da SCH, inferimos que o projeto foi enviado para o presidente da província, antes da instalação da Colônia Dona Francisca, como recomendação para o acolhimento dos negócios da SCH, de vez que o número de capitalistas citados por Elerz como ideal para o empreendimento e o número de sócios da Sociedade são idênticos.

ANEXO

Tabela 4: Listas de passageiros – Distribuição anual dos imigrantes alemães desembarcados em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Ocupações dos adultos do sexo masculino e distinguindo imigrantes de origem rural, origem urbana e origem operária; 1851-1889 (números relativos).

Ocupações	1851-1859										Total
	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	Total	
Rurais	60,5	34,3	24,1	22,4	20,4	56,4	66,4	81,0	84,1	50,4	
Urbanas	36,2	62,4	70,4	75,0	74,5	35,6	31,0	18,3	15,9	47,0	
Operárias	-	0,6	-	1,7	0,9	3,4	2,6	-	-	0,1	
Sem registro	3,3	2,8	5,6	0,9	4,4	4,7	-	0,8	-	2,5	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Ocupações	1860-1869										Total
	1860	1861	1862	1864	1865	1866	1867	1868	1869	Total	
Rurais	73,8	68,5	54,9	25,8	41,4	49,4	46,9	57,6	69,7	54,0	
Urbanas	26,2	27,6	27,5	60,0	33,3	38,0	46,3	35,3	19,4	35,1	
Operárias	-	3,9	17,7	12,1	25,3	10,1	6,9	6,4	9,2	10,1	
Sem registro	-	-	-	3,0	-	2,5	-	0,7	1,8	0,8	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Ocupações	1870-1879										Total
	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	
Rurais	59,3	64,2	51,9	80,3	84,8	95,8	55,7	34,1	74,1	65,5	
Urbanas	40,7	35,9	18,5	6,0	10,9	-	6,2	14,0	23,5	34,6	
Operárias	-	-	29,6	12,3	4,4	-	37,7	48,8	2,4	-	
Sem registro	-	-	-	1,5	-	4,2	0,4	3,1	-	-	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Ocupações	1880-1889										Total
	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	
Rurais	52,7	56,8	25,0	32,7	8,8	21,1	12,9	15,3	9,9	32,5	
Urbanas	26,9	25,8	58,3	22,4	12,6	11,6	24,6	30,1	39,4	27,7	
Operárias	20,4	12,6	16,7	28,4	76	57,6	60,4	52,7	47,8	33,7	
Sem registro	-	4,9	-	16,5	2,7	9,8	2,1	2	3	6	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Marion Dias BREPOHL. Professor Doutor no Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Rua General Carneiro, 460, 6º andar, 80060-150, Curitiba, Paraná, Brasil. Bolsista 1C do CNPq.

Sergio Odilon NADALIN. Professor Doutor no Programa de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Rua General Carneiro, 460, 6º andar, 80060-150, Curitiba, Paraná, Brasil. Bolsista 1A do CNPq.

Recebido em: 06/10/2017

Aprovado em: 20/06/2018